



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 825/11

Cria cargos de Juiz de Direito Substituto e incorpora as Seções Judiciárias das Comarcas de entrância final de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Guarapuava, alterando a Lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003.

Art. 1º Ficam criados nas Comarcas de entrância final de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Guarapuava, alterando o Anexo II, Tabela 2, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, os seguintes cargos:

I - na Comarca de Londrina, 07 (sete) cargos de Juiz de Direito Substituto;

II - na Comarca de Maringá, 07 (sete) cargos de Juiz de Direito Substituto;

III - na Comarca de Cascavel, 03 (três) cargos de Juiz de Direito Substituto;

IV - na Comarca de Ponta Grossa, 04 (quatro) cargos de Juiz de Direito Substituto;

V - na Comarca de Foz do Iguaçu, 02 (dois) cargos de Juiz de Direito Substituto;

VI - na Comarca de Guarapuava, 02 (dois) cargos de Juiz de Direito Substituto.

Art. 2º Ficam incorporadas as Seções Judiciárias das Comarcas de entrância final de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Guarapuava, passando cada uma das referidas Comarcas a ter composição de Seção Judiciária Única, conforme segue:

I - na Comarca de Cascavel, ficam incorporadas as 2ª, 3ª e 4ª Seções Judiciárias, que passam a formar a 2ª Seção Judiciária Única;

II - na Comarca de Foz do Iguaçu, ficam incorporadas as 5ª e 6ª Seções Judiciárias, que passam a formar a 3ª Seção Judiciária Única;

III - na Comarca de Guarapuava, ficam incorporadas as 7ª e 8ª Seções Judiciárias, que passam a formar a 4ª Seção Judiciária Única;

IV - na Comarca de Londrina, ficam incorporadas as 9ª, 10ª, 11ª, 12ª e 13ª Seções Judiciárias, que passam a formar a 5ª Seção Judiciária Única;

V - na Comarca de Maringá, ficam incorporadas as 14ª e 15ª Seções Judiciárias, que passam a formar a 6ª Seção Judiciária Única;

VI - na Comarca de Ponta Grossa, ficam incorporadas as 16ª e 17ª Seções Judiciárias, que passam a formar a 7ª Seção Judiciária Única.

Art. 3º Ficam alterados os Anexos V e IX, Tabela 1, da Lei citada no artigo 1º.

Art. 4º Fica alterado o parágrafo segundo, do artigo 223, da Lei mencionada no artigo 1º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º Na Comarca da Região Metropolitana de Curitiba e nas Comarcas de entrância final de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Guarapuava, a competência do Juiz de Direito Substituto será definida por Resolução”.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2011.

A stylized handwritten signature consisting of several loops and a long horizontal stroke.A large, flowing handwritten signature in dark ink.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

A handwritten signature that appears to be the letters 'CH' followed by a horizontal line.

RELATOR

A handwritten signature featuring a series of vertical, parallel strokes followed by a horizontal line.



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 826/11

Eleva a Comarca de Antonina da entrância inicial para a entrância intermediária, cria a 60ª Seção Judiciária com sede na referida Comarca e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 1º Fica a Comarca de Antonina, de entrância inicial, elevada para entrância intermediária, desmembrando-se o Juízo Único em 02 (duas) Varas distintas, nos termos do art. 225 da Lei Estadual nº 14.277/2003.

Art. 2º Fica alterado o artigo 263 da Lei Estadual nº 14.277/2003, com o desmembramento do Juízo Único da Comarca de Antonina, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 263. Fica criado nas Comarcas de entrância intermediária o seguinte:

I - ...

(...)

XXIX - na Comarca de Antonina:

a) Vara Cível e de Direito Ambiental, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família.

(...)"

Art. 3º Fica alterado o art. 264 da Lei Estadual nº 14.277/2003, pela elevação da Comarca de Antonina à entrância intermediária, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 264. Ficam elevadas à entrância final a Comarca de Guarapuava e à entrância intermediária as Comarcas de Guaratuba, Matinhos, São Mateus do Sul, Sarandi, Andirá, Chopinzinho, Matelândia, Quedas do Iguaçu e Antonina."

Art. 4º Fica criada a 60ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Antonina, de entrância intermediária, integrada pela Sede e pela Comarca de Morretes, de entrância inicial.

Parágrafo Único. A 41ª Seção Judiciária fica integrada e sediada pela Comarca de Paranaguá.

Art. 5º Ficam criados 01 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária para a Comarca de Antonina e 01 (um) cargo de Juiz Substituto, para a 60ª Seção Judiciária.

Art. 6º Ficam alterados os Anexos I, II, Tabela 2, IV, V, VII e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 2º.


Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2011.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 828/11

Altera a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 e cria a 2ª Vara Cível na Comarca de Cianorte.

Art. 1º Fica criada a 2ª Vara Cível na Comarca de Cianorte, entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2º Fica alterado o artigo 263 da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar acrescido do inciso XXVIII com a seguinte redação:

"Art. 263.....

(...)

XXVIII – na Comarca de Cianorte:

a) a 2ª Vara Cível."

Art. 3º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito para a Comarca de Cianorte, de entrância intermediária.

Art. 4º Ficam alterados os Anexos IV, V e IX, Tabela 1 da Lei referida no art. 1º.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2011.

ALEXANDRE CURÍ
PRESIDENTE

RELATOR

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

CIANORTE - Comarca de Entrância Intermediária

FORO JUDICIAL

1ª Vara Cível

2^a Vara Civil

100



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 830/11

Dispõe sobre o adicional de férias previsto no art. 7º, inciso XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil, e no art. 34, inciso X, da Constituição do Estado do Paraná, em relação aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Art. 1º Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, adicional correspondente a, no mínimo, um terço (1/3) da última remuneração.

§ 1º No caso de o servidor ocupar cargo em comissão ou exercer função de direção, chefia ou assessoramento, as respectivas vantagens serão consideradas no cálculo do adicional de que trata este artigo.

§ 2º O Presidente do Tribunal de Justiça estabelecerá, por Decreto, o percentual do adicional de que trata a presente Lei, respeitado o contido no *caput*, a previsão orçamentária e a disponibilidade financeira para sua execução.

Art. 2º Fica revogado o art. 84, da Lei nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2012.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



PROJETO DE LEI Nº 297, DE 15 DE MARÇO DE 2011.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 06 ABR 2011


1º Secretário

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ,

Súmula: Determina que, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas das pessoas jurídicas, com fins lucrativos, que forem beneficiadas por incentivo ou isenção fiscal outorgado pelo estado do Paraná deve ser reservado ao primeiro emprego.

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - As pessoas jurídicas de direito privado, diretamente ou por meio de consórcios, que forem beneficiadas por todo e qualquer incentivo ou isenção fiscal, instituído e outorgado pelo Estado do Paraná, devem reservar, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas de trabalho ao primeiro emprego.

Parágrafo Único: Compreende-se por primeiro emprego aquele destinado a todas as pessoas que não tenham experiência profissional comprovada em carteira de trabalho ou por contrato de prestação de serviços, independente da idade, salvo restrição legal.

Art. 2º - O não cumprimento desta lei acarretará perda do incentivo ou da isenção fiscal.

Art. 3º - No ato de efetivação do incentivo ou da isenção fiscal deverão constar as normas para o atendimento ao disposto nesta lei.

Art. 4º - O Poder Executivo deverá regulamentar esta lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

Sala de Sessões, em 15 de março de 2011.


Deputado Estadual Hermas Junior



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



JUSTIFICATIVA

O Projeto em análise obriga as empresas que vão receber incentivo ou isenção fiscal do Estado do Paraná a reservar 10% das suas vagas de trabalho ao primeiro emprego.

Esta lei vem atender a uma grande parcela da sociedade que possui dificuldade de conquistar o tão sonhado primeiro emprego. O Estado, ao conceder o incentivo e/ou isenção fiscal, passa a abrir mão de receitas importantes que poderiam ser aplicadas em diversas áreas como saúde e educação. Nada mais justo que estas empresas, ao serem beneficiadas com a redução ou isenção de tributos, contribuam à sociedade paranaense oferecendo oportunidade de emprego a pessoas já qualificadas, mas que não conseguem a inserção no mercado de trabalho.

É obrigação do Poder Público garantir que todo o jovem qualificado tenha o direito de possuir renda própria. Hoje, cada vez mais, o jovem vem procurando emprego, pois precisam participar ativamente da composição da renda familiar.

Os jovens estão entre os que mais sofrem com a falta de adequação dos programas de proteção ao desemprego e a pobreza. Matéria veiculada no portal de Notícias R7 em 10 de maio de 2010, afirma que cerca de 3,5 milhões de jovens estão desempregados em todo o País.

Em nosso país, apenas 36% dos jovens entre 15 e 24 anos têm emprego, outros 22% já trabalharam, mas estão desempregados atualmente; na média, os jovens demoram 15 meses para conseguir o primeiro emprego ou uma nova ocupação, nas regiões metropolitanas. No total, 66% deles precisam trabalhar porque todo o seu ganho, ou parte dele, complementa a renda familiar. Ainda segundo a mesma pesquisa (IBGE) o Índice de desemprego entre brasileiros de 15 a 24 anos é de 17,8% em relação aos 22,2 milhões de jovens economicamente ativos, ou seja, ocupados ou que procuram por uma oportunidade profissional.

Relatório organizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em parceria com o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) apontou que a taxa de desemprego entre jovens no Brasil é 3,2 vezes superior à registrada entre adultos. Esta iniciativa pretende diminuir estes índices.

Além disso, é preciso ressaltar que uma parcela significativa de candidatos ao primeiro emprego somente conseguem, quando isso acontece, postos de trabalho precários, informais, aqueles que não oferecem estabilidade e nem segurança, em que as rendas são baixas e as jornadas são altas.

O primeiro emprego é o início de uma nova etapa na vida de qualquer jovem. Alguns especialistas afirmam que ele é muito importante porque se torna a base dos contatos da vida profissional que começa. Esse período, quando bem conduzido faz com que o jovem tenha chance de aprender, na prática, o que antes só via em livros. É a hora de aperfeiçoar habilidades e dons.

Diante do exposto, espero que os meus pares aprovem o presente Projeto de Lei.

Sala de Sessões, em 05 de abril de 2011.

Praça Nossa Senhora de Salete s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911

Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170

Site: www.hermasbrandaojr.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br



PARECER AO PROJETO DE LEI 297/2011.

Projeto de Lei nº 297/2011.

Autor: Deputado Hermas Júnior.

Súmula: Determina que, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas das pessoas jurídicas, com fins lucrativos, que forem beneficiadas por incentivo ou isenção fiscal outorgado pelo Estado do Paraná deve ser reservado ao primeiro emprego.

EMENTA: INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO. EMPRESAS JURÍDICAS COM FINS LUCRATIVOS. PRIMEIRO EMPREGO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. ART. 124 REGIMENTO INTERNO; ART. 65, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Júnior, tem por intuito destinar 10% (dez por cento) das vagas das pessoas jurídicas, que tenham fins lucrativos, que tenham benefícios fiscais, para destinação do primeiro-emprego, contribuindo para com aqueles que tem a dificuldade de ingressar no mercado de trabalho.



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente, analisando o artigo 1º, inciso V da Nossa Carta Magna, temos de forma análoga que todo cidadão brasileiro, é constitucionalmente garantido o direito ao trabalho, senão vejamos:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:



IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), 1,6 milhão está à procura do primeiro emprego no Brasil, na grande maioria por falta de oportunidade por não ter a chance de conquistar experiência.

Na esfera Federal, temos a **Lei 11.692 de Junho de 2008**, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005, que foi elaborada com o intuito de criar postos de trabalho para jovens ou prepará-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda; e a qualificação do jovem para o mercado de trabalho e inclusão social.

Como podemos visualizar acima, a União normatizou de forma genérica o ingresso dos jovens aos seu primeiro emprego, cabendo ao Estado direcionar de que maneira tal inclusão deverá ser feito.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei no Estado do Paraná, dispõe o **Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (Grifo Nosso).

A **Constituição Estadual do Paraná** que está em perfeita consonância e harmonia com a Constituição Federal do Brasil, não apresenta nenhum óbice quanto ao assunto do referido projeto de lei e, inclusive, garante prerrogativa aos parlamentares para apresentarem leis ordinárias:

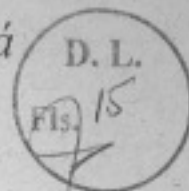
Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
(Grifo Nosso)

E, analisando as competências exclusivas do Governador do Estado do Paraná, não encontramos qualquer menção acerca da proposição em tela, sendo que não havendo impeditivo na esfera executiva, temos a legalidade deste Projeto em ser elaborado por um membro da Assembléia Legislativa.

Em assim sendo, temos que através da legislação acima explanada, que a Assembléia Legislativa do Paraná é competente para legislar sobre a matéria objeto do Projeto de Lei, pois não existe matéria específica que regulamente a inclusão no mercado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



de trabalho no âmbito das empresas jurídicas com fins lucrativos e sobre a destinação de vagas para o primeiro emprego.

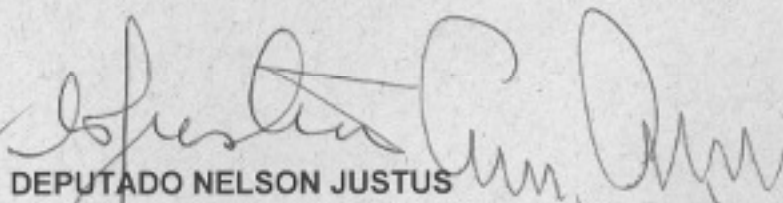
No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que a medida não acarretará acréscimo orçamentário e financeiro.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na **LEI COMPLEMENTAR Nº. 95/98**.

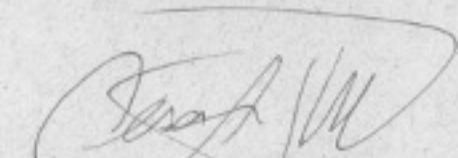
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 24 de Maio de 2011.



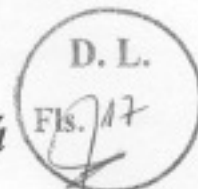
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO CÉSAR SILVESTRI
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 297/11

PREÂMBULO

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Hermas Brandão Junior, visa determinar, que no mínimo 10% das vagas das pessoas jurídicas, com fins lucrativos, que forem beneficiadas por incentivo ou isenção fiscal deve ser reservado ao primeiro emprego.

DA TRAMITAÇÃO

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DO MÉRITO

Esta matéria visa dar oportunidade de trabalho ao jovem qualificado que procura emprego, que tem vontade de obter renda própria.

O primeiro emprego é o início de uma nova etapa na vida de qualquer jovem. Este período, quando bem conduzido, faz com que o jovem tenha chance de aprender, aperfeiçoar habilidades e dons.

DA CONCLUSÃO

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria meritória e por **não haver óbice**, exaramos parecer pela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 05 de julho de 2011.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO

PRESIDENTE



DEPUTADO DÚLIO GENARI

RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA



Projeto de Lei nº 297/2011

Autor: Deputado Hermas Junior

O Projeto de Lei nº 297/2011, de autoria do nobre Deputado Hermas Junior, tem como objetivo determinar que um mínimo de 10% das vagas de trabalho das pessoas jurídicas com fins lucrativos que forem beneficiadas por incentivo ou isenção fiscal, sejam reservadas ao primeiro emprego.

Esta comissão, analisando o projeto em questão, entende ser a matéria de elevado alcance social, não havendo qualquer óbice à sua tramitação, razão pela qual opina pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 15 de agosto de 2011.


Deputado TADEU VENERI

Presidente

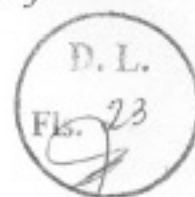

Deputado CAIO QUINTANA

Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DA JUVENTUDE

Preâmbulo

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Hermas Brandão Junior, tem por objetivo determinar que, no mínimo 10% (dez por cento) das vagas das pessoas jurídicas, com fins lucrativos, que forem beneficiadas por incentivo de isenção fiscal deve ser reservado ao primeiro emprego.

Da Tramitação

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

Do Análise do Mérito

O Projeto de Lei em análise tem por objetivo incentivar as empresas a oportunizar ao jovem qualificado seu primeiro emprego. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego brasileiro atinge predominantemente os jovens. A dificuldade de inserção deles no primeiro emprego não decorre apenas da falta de conhecimentos específicos para o trabalho e da baixa experiência profissional. O nível educacional se constitui importante fator que influencia as possibilidades de inserção e o tipo de ocupação.

As parcerias entre poder público, setor produtivo deverão dar o suporte necessário às políticas governamentais, sendo o melhor caminho para a viabilização de iniciativas específicas de geração de empregos para jovens.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 24

Da Conclusão

Ante o exposto, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos pelo Parecer favorável e somos pela Aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2011.

Deputado Evandro Junior

Presidente

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA 01

PLENÁRIO

DAP

18 OUT. 2011

D. L.

Fls.

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 297/2011

Conforme prevê o art. 137, §4º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresentamos a presente emenda modificativa ao Projeto de Lei 297/11, de autoria do Ilustre Deputado Hermas Junior:

Art. 1º Fica alterada a redação do art. 1º, do Projeto de Lei nº 297/11, o qual passará a contar com a seguinte redação:

"Art. 1º As pessoas jurídicas de direito privado, diretamente ou por meio de consórcios, que forem beneficiadas por todo e qualquer incentivo ou isenção fiscal, instituído e outorgado pelo Estado do Paraná, devem reservar vagas de trabalho ao primeiro emprego, na seguinte proporcionalidade:

- I – empresas com 100 a 200 funcionários – 1% (um por cento);
- II – empresas com 201 a 500 funcionários – 2% (dois por cento);
- III – empresas com 501 a 1000 funcionários – 3% (três por cento);
- IV – empresas com mais de 1001 funcionários – 5% (cinco por cento).

(...)

Sala das Sessões, 18 de outubro de 2011.

① SCANAVACA
Deputado Estadual

2 André Bueno

3 Elío

4 Nelson Luersen

5 Adelino

5 - CURI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 297/2011

Projeto de Lei nº 297/2011

Autor da emenda: Deputado Fernando Scanavaca

Súmula: Determina que, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas das pessoas jurídicas, com fins lucrativos, que forem beneficiadas por incentivo ou isenção fiscal outorgado pelo Estado do Paraná deve ser reservado ao primeiro emprego.

EMENTA: ALTERA REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DO PROJETO DE LEI Nº.: 297/11. POSSIBILIDADE. ARTIGOS 29, 33, 137 E 141 DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei em análise, de autoria do Deputado Estadual Hermas Brandão Junior, tinha como objetivo determinar que, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas das pessoas jurídicas com fins lucrativos que forem beneficiadas por incentivo ou isenção fiscal outorgado pelo Estado do Paraná deverão serão reservadas ao primeiro emprego.

Tal projeto recebeu parecer favorável por parte da Comissão de Constituição e Justiça, com relatoria do Deputado que este subscreve, sendo aprovado pelo demais integrantes da Comissão.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário, o projeto em análise recebeu emenda modificativa, de autoria do Deputado Estadual Fernando Scanavaca, portanto, deve ser apreciado novamente pela Comissão de Constituição e Justiça.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não pode adentrar ao mérito da questão, tão somente analisar a constitucionalidade e legalidade.

Além disso, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná estabelece de forma clara as oportunidades em que Projetos de Lei podem ser emendados, vejamos:

Art. 141 – As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I, do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da segunda discussão em Plenário e apoiada por seis Deputados.

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu artigo 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza a sua essência. Vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 137 – As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.


Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais, não encontrando nenhum óbice para prosperar.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº.: 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 2011


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO
Relator



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 16 MAIO 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 397/11

Obriga a exposição de cartaz de advertência sobre acidentes pelos estabelecimentos que comercializarem álcool líquido.

Art. 1º – Fica obrigado o estabelecimento que comercializar álcool líquido a afixar cartaz de advertência sobre os acidentes que o produto pode provocar.

Art. 2º – O cartaz a que se refere o art. 1º conterà:

- I – imagem de acidente provocado por álcool líquido;
- II – advertência, por escrito, sobre o risco de acidentes decorrente do uso de álcool líquido.

Art. 3º – O cartaz a que se refere o art. 1º será afixado a não mais que 1m (um metro) de distância do local de exposição do álcool líquido.

Art. 4º – As despesas de confecção e instalação do cartaz correrão por conta da empresa comercializadora.

Art. 5º – O não-cumprimento desta lei constitui infração sanitária, com penalidades previstas conforme a Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Art. 6º – O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de trinta dias contados da data de sua publicação.

Art. 7º – Esta lei entra em vigor 120 dias após sua publicação.

Sala das Sessões,

DR. BATISTA
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Segundo a Associação Brasileira de Queimados, é registrado, a cada ano, cerca de 1 milhão de acidentes com queimaduras no Brasil, e 51% deles referem-se a ocorrências domésticas. Dentro de casa, são justamente as crianças as maiores vítimas, e o álcool líquido, o maior causador desse tipo de acidentes.

O produto é considerado um dos principais responsáveis pelos acidentes domésticos que resultam em vítimas com queimaduras. As crianças são as principais vítimas.

Dessa forma, certo de que a proibição é instrumento não viável e até mesmo passível de efeitos contrários aos desejados, a substituição do consumidor à compra do álcool líquido é a melhor estratégia para reduzir o número de acidentes provocados pelo produto.

Em substituição a esse produto existe, atualmente, o álcool gel, que reduz sensivelmente os riscos de acidente. É o que se depreende dos dados obtidos entre a publicação da resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a qual proibiu a comercialização do álcool líquido e a liminar que permitiu que o produto fosse comercializado. Nesse período, houve uma redução de 60% dos acidentes causados pelo álcool.

A informação aos consumidores do álcool líquido irá promover a redução no seu consumo, reduzindo os acidentes por ele causados.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente propositura.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 397/11

Projeto de Lei nº 397/11
Autor: Deputado Dr. Batista

Súmula: Obriga a exposição de cartaz de advertência sobre acidentes pelos estabelecimentos que comercializam álcool líquido.

EMENTA: PRODUÇÃO E CONSUMO. EXPOSIÇÃO DE CARTAZ DE ADVERTÊNCIA SOBRE ACIDENTES DE ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM ÁLCOOL LÍQUIDO. POSSIBILIDADE. DIREITO À INFORMAÇÃO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 E 145 CE. ARTS 29, 33, 124 E 137 RI ALEP. ART. 24 CF. ART. 6º DA LEI FEDERAL 8.078/90. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DAS EMENDAS EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Batista visa obrigar a exposição de cartaz de advertência sobre acidentes pelos estabelecimentos que comercializam álcool líquido.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre consumo, proteção da saúde e sua defesa, conforme o artigo 24, incisos V, VIII e XII, da Constituição Federal, determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;
(grifos nossos)

Ainda, a Lei Federal nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor aduz que é direito do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentam:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentam;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Destarte, o Estado por lei e ação integrada com a União, Municípios e a sociedade, promoverá a defesa dos direitos sociais do consumidor, através de sua conscientização, da prevenção e responsabilização por danos a ele causados, conforme dispõe o art. 145 da Constituição Estadual:

Art. 145. O Estado, por lei e ação integrada com a União, Municípios e a sociedade, promoverá a defesa dos direitos sociais do consumidor, através de sua conscientização, da prevenção e responsabilização por danos a ele causados, democratizando a fruição de bens e serviços essenciais.

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o **Projeto de Lei está em consonância aos ditames constitucionais.**

Porém, sobre a fixação de prazo para regulamentação, não pode o Poder Legislativo determinar o momento em que o Poder Executivo deva exercer suas competências, sob pena de afronta ao princípio da independência dos Poderes, inserto no art. 2º da Constituição da República.

Além disso, uma vez que a matéria visa à proteção da saúde física do consumidor, faz-se pertinente utilizar as sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, por se tratar de diploma normativo mais recente.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Assim, com o objetivo de sanar estes vícios apresentados pelo projeto de lei ora em tela, propõem-se as seguintes emendas modificativa e supressiva, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Neste sentido, dispõe o art. 137, §2º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

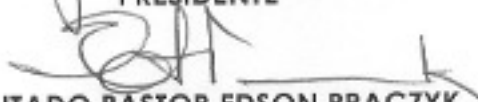
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma das **EMENDAS** em anexo.

Sala das Comissões, 09 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK

RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 397/2011


De acordo com o que determinam os artigos 29 e 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa o artigo 5º do Projeto de Lei nº 397/11 a contar com a seguinte redação:

Art. 5º – Aplicam-se às infrações ao disposto nesta lei as sanções previstas na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Sala das Comissões, 09 de agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK

RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 397/2011





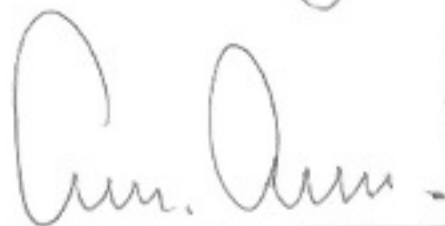
De acordo com o que determinam os artigos 29 e 137,§1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa o artigo 6º do Projeto de Lei nº 397/11 a contar com a seguinte redação:

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Sala das Comissões, em de agosto de 2011.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA






Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 397/11

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado DR. BATISTA, tem por objetivo obrigar a exposição de cartaz de advertência sobre acidentes pelos estabelecimentos que comercializam álcool líquido.

DA TRAMITAÇÃO

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, na forma das Emendas modificativa e supressiva, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DO MÉRITO

O alto índice de acidentes com álcool líquido-principalmente entre as crianças - poderá ser reduzido, caso seja aprovado o Projeto de Lei do deputado estadual DR BATISTA, através da conscientização da população. Segundo dados do Hospital Evangélico, em 2004, foram atendidas no Hospital Evangélico, em Curitiba, 10.359 vítimas de queimaduras, entre elas 3.357 crianças ou equivalente a 1/3 desse total. O problema provocado pelos acidentes domésticos é muito grave e deve ser discutido com bom senso, para que as crianças não permaneçam como vítimas em potencial. "Os números são alarmantes, consultamos entidades e há um consenso de que precisamos


mudar esse quadro". No Brasil, as estatísticas apontam cerca de 150 mil pessoas (45 mil crianças) vítimas de queimaduras provocadas por álcool líquido. Como justificativa, o grupo apresenta os números divulgados pelo estudo "Segurança é Coisa Séria", que mostram que o Brasil contabiliza em média 1 milhão de acidentes com queimaduras graves todos os anos; destes, cerca de 80% ocorrem em ambiente doméstico com a utilização de álcool líquido. Esses casos atingem majoritariamente crianças e adolescentes com idade até 15 anos (40%), totalizando cerca de 2,5 mil óbitos por ano. O levantamento foi feito pela Frente, com base nos dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Sistema Brasileiro de Queimados (SBQ).

DA CONCLUSÃO



Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria meritória e por **não haver óbice**, exaramos parecer pela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2011.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE



DEPUTADO NELSON GARCIA
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputada Estadual Marla Tureck

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 397/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, que objetiva a obrigatoriedade dos estabelecimentos que comercializarem álcool líquido afixarem cartaz de advertência sobre acidentes que o produto pode provocar.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável, bem como opinou a Comissão de Indústria e Comércio.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por finalidade alertar os usuários deste produto quanto a sua periculosidade no manejo, com o intuito de reduzir o seu consumo ou conscientizar quanto a importância de utilização adequado do mesmo. Estaticamente se comprova que o álcool líquido é um dos principais agentes causadores de acidentes domésticos que resultam em vítimas com queimaduras, e uma orientação sobre o produto se faz pertinente.

Pelo exposto, não encontrando óbice a propositura, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em de novembro de 2011.

Ardeido
[Assinatura]
Presidente
[Assinatura]
MARLA TURECK
Relatora
[Assinatura]



PROJETO DE LEI Nº 349/2011

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 25 OUT. 2011

maut
1º Secretário

Súmula: Declara de Utilidade Pública o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Paraná.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de Outubro 2011


Valdir Rossoni
Deputado Estadual

14:22 25/10/2011 008288 007 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI é uma pessoa jurídica de direito privado, em fins lucrativos, de duração indeterminada com objetivos de educação profissional.

O SENAI tem desenvolvido, ao longo dos seus 60 anos de existência, um trabalho exemplar, dos mais relevantes na área da Educação Profissional. Sua grande importância, sobretudo, de sua capacidade de acompanhar as transformações do mundo do trabalho, oferecendo uma gama variada de programas de Educação Profissional da melhor qualidade, para atender demandas da indústria brasileira.

O SENAI está vencendo o desafio de transformar a educação profissional em ponto de apoio para o desenvolvimento do país. Suas ações são importantes para possibilitar que os trabalhadores do Estado do Paraná atuem no mercado com competitividade.

Pelo trabalho que a entidade vem prestando à comunidade no incentivo à educação, está habilitada a ser reconhecida e declarada de utilidade pública estadual.

Considerando os nobres objetivos dessa entidade, é que conclamo aos ilustres deputados o apoio e a consequente aprovação da presente proposição de lei.

Sala das Sessões, 24 de Outubro de 2011

Valdir Rossoni
Deputado Estadual

•



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 849/2011

Projeto de Lei nº. 849/2011

Autor: Deputado Estadual Valdir Rossoni

Súmula: Declara de Utilidade Pública o **Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Paraná**, com sede e foro no Município de Curitiba.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Paraná**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



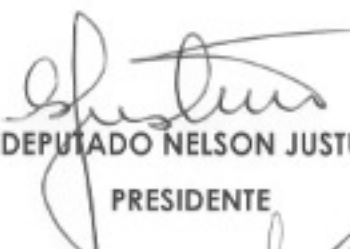
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR





PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19 /11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 13 JUN. 2011

1º Secretário

Súmula: Altera o § 2º do art. 127,
do Regimento Interno.

Art. 1º Fica alterado o § 2º do artigo 127, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 127...

§ 1º ...

§ 2º As Indicações independem de discussão e votação, sendo deferida pelo Presidente e despachada pelo 1º secretário, através de ofício.”

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2011.

FERNANDO SCANAVACA
Deputado Estadual



Justificativa:

A presente Proposta de Resolução visa alterar o Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

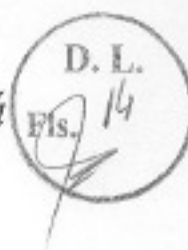
Atualmente, a tramitação das indicações utiliza um grande número de papel, acarretando desperdício de dinheiro público e ainda um processo legislativo burocrático.

A presente alteração vem de encontro ao princípio da economia processual, colaborando com a preservação do meio ambiente na diminuição do uso de papel.

Sendo assim, visando definitivamente a eficiência na gestão pública e uma melhor forma de atender aos princípios que regem o Processo Legislativo, solicito-se o apoio dos Nobres Pares para aprovação do pleito.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 019/11

Projeto de Resolução nº 019/11

Autor: Deputado Fernando Scanavaca

Súmula: Altera o §2º do Art. 127, do Regimento Interno.

EMENTA: ALTERAÇÃO DE ARTIGO DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. INICIATIVA PRIVATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. ART. 54, II DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. POSSIBILIDADE. ART. 33, § 1º, I DO REGIMENTO INTERNO. LEGAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Resolução, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca tem como escopo alterar a redação do parágrafo 2º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná visando a economia processual, colaborando assim com a preservação do meio ambiente na diminuição do uso do papel.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, § 2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Acerca da competência para a propositura do presente Projeto de Resolução, a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, em seu **artigo 54, II**, determina a competência exclusiva da Assembleia Legislativa do Paraná para tanto, senão vejamos:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

I – (...)

II – elaborar o Regimento Interno;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Fls. 16

Além disso, o Projeto de Resolução é o meio adequado para regular o referido assunto, conforme dispõe o art. 121, § 2º, II do **REGIMENTO INTERNO**:

Art. 121. A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º...

§ 2º Os projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre as quais deva a Assembléia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais como:

II - matéria de natureza regimental

No entanto, o presente Projeto de Resolução não respeita o artigo 10º da Lei Complementar Federal 95/98, tendo em vista que não segue a numeração ordinal:

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;

Assim, como o intuito de sanar este vício propõe-se a Emenda Modificativa em anexo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Resolução, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

Sala das Comissões, 05 de julho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH

RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 019/2011

De acordo com o que determina os artigos 29 e 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o art. 3º do Projeto de Resolução nº 019/11 fica renumerado como art. 2º, passando a contar com a seguinte redação:

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 05 de julho de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE



DEPUTADO ELIO RUSCH

RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura – 1ª Seção Legislativa

D. L.
Fls. 20

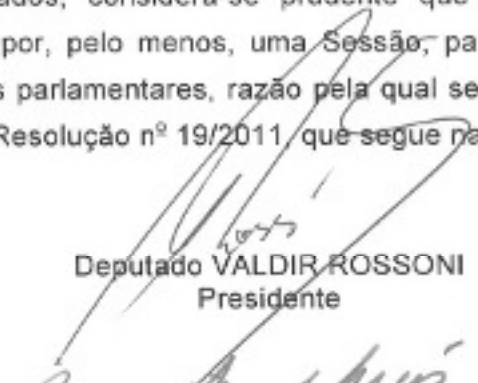
Parecer da Comissão Executiva ao Projeto de Resolução nº 19/2011

Trata-se de Proposição de autoria do n. Deputado Fernando Scanavaca, dispondo sobre alteração do Regimento Interno com a finalidade de modificar o trâmite das Indicações.

Essa modalidade de exercício do Processo Legislativo foi criada, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, como forma de propiciar que os senhores Deputados possam encaminhar aos órgãos da Administração Pública e a outras entidades, reivindicações que não possam ser objeto de proposição legislativa cuja competência lhes caiba.

Diante da importância da proposição, é fundamental que o Plenário possa analisar os pedidos formulados pelos senhores Deputados que, após inserção em Pauta, são convertidos em autógrafos para expedição, tornando-se, a partir desse momento, postulação do Poder Legislativo e não mais uma manifestação isolada.

Neste contexto e por entender que a falta de inclusão em pauta tenderia a concentrar, na Mesa Executiva, grande poder, propiciando, inclusive, que esta possa deliberar pela não aceitação da Indicação, limitando a atuação dos Deputados, considera-se prudente que tais proposições sejam incluídas em Pauta por, pelo menos, uma Sessão, para ciência, publicidade e chancela dos demais parlamentares, razão pela qual se apresenta o Substitutivo Geral ao Projeto de Resolução nº 19/2011, que segue na sequência.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
1º Secretário


Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário



SUBSTITUTIVO GERAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19/2011

Art. 1º O Art. 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 127 Indicação é a proposição por meio da qual o Deputado ou Comissão sugere a adoção de medidas a serem tomadas pelos Poderes e instituições do Estado ou dos demais entes federados, objetivando:

I - envio de sugestão;

II - pedido de providências;

III - realização de atos administrativos ou de gestão;

IV - a iniciativa de projeto cuja competência lhes seja atribuída com exclusividade.

IV - encaminhamento de projeto cuja iniciativa lhes seja atribuída com exclusividade e que não possam ser objeto de iniciativa da Assembleia.

§ 1º A Indicação também poderá ser dirigida a uma das Comissões Permanentes da Assembleia ou a qualquer entidade privada.

§ 2º A indicação, redigida de forma sintética, com observância dos termos da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, deve conter todos os elementos necessários à sua compreensão e, devidamente assinada pelo autor, deverá ser protocolada em Plenário.

§ 3º Após lida no expediente e sofrendo apoioamento a Indicação será remetida à Diretoria Legislativa para registro.

§ 4º Após registrada a Indicação será remetida à Diretoria de Apoio ao Plenário para inclusão na Ordem do Dia de uma única Sessão Ordinária e, se não houver pedido de destaque, será considerada aprovada.

§ 5º Havendo pedido de destaque, a Indicação será submetida à discussão e votação únicas e, sendo rejeitada será encaminhada à Diretoria Legislativa para arquivamento.

§ 6º Aprovada, a Indicação será subscrita pelo Presidente da Assembleia e encaminhada ao respectivo destinatário, mediante expediente subscrito pelo 1º Secretário.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

Projeto de Resolução nº 019/11

Autor: Dep. Fernando Scanavaca

Emenda Substitutiva de autoria da Comissão Executiva

Súmula: Altera o § 2º do art. 127, do Regimento Interno.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Resolução, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, que tem como escopo alterar o Regimento Interno no que tange ao sistema de apresentação e tramitação das indicações legislativas, recebeu emenda substitutiva de autoria da Mesa Executiva, que ora se analisa.

FUNDAMENTAÇÃO

Levando-se em conta a competência dessa comissão para analisar o aspecto da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e adequação regimental dessa Comissão, conforme preceitua o art. 33, § 2º, I, do RIALEP, bem como a competência privativa da Assembléia Legislativa para elaborar seu regimento interno, assegurado pelo art. 54, II, da Constituição Estadual, tem-se que a Comissão Executiva é competente para opinar sobre as modificações do regimento interno, na esteira do art. 33, § 1º, I, do RIALEP, bem como legítima, através de seus componentes, para apresentar emendas, conforme preceitua seu art. 141, II.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, a emenda ao Projeto de Resolução sob análise se encontra em consonância com os ditames legais estabelecidos pela Lei Complementar nº 95/98.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva, em face de sua **LEGALIDADE** e conformidade com os ditames regimentais.

Sala das Comissões, 22 de 11 de 2011.


DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. ELIO RUSCH
RELATOR

